

EDUCAÇÃO, VONTADE DE PODER E MAQUINAÇÃO: REFLEXÕES FILOSÓFICAS PARA AVALIAR

Débora Aldyane Barbosa Carvalho¹

Nicolino Trompieri Filho²

Lídia Azevedo de Menezes³

RESUMO

Discute teoricamente a educação sob o prisma da vontade de poder e maquinação partindo dos argumentos de Martin Heidegger de que o âmbito historial interfere no projeto de constituição do ente, culmina com o elemento do cálculo na educação e reflete filosoficamente sobre a avaliação no contexto educacional. O direcionamento da proposta se deu à luz de Heidegger (2006), Gentili (1995) e Sousa (1995). A metodologia de cunho bibliográfico buscou compreender o estigma do poder nas óticas dos autores. O estudo apontou a proximidade entre educação e vontade de poder estabelecida pelas relações professor/aluno. Evidenciou-se também que o elemento do cálculo é visto na educação à medida que a prática pedagógica é guiada pela ideologia de que o aluno pode ser visto como um ser capaz de ser calculado em sua aprendizagem na avaliação somativa. É preciso romper com o comodismo e buscar uma postura em que os seres humanos sejam sujeitos, e não objetos, das ações sociais inovando os contextos de avaliação.

Palavras-chave: Educação. Vontade de poder. Avaliação.

Abstract

Theoretically discusses education through the prism of the will to power and machining starting from Martin Heidegger's arguments that the history context interferes in the persons' project of constitution, culminates with the element of calculation in education and reflects philosophically on the evaluation in the educational context. The direction of the proposal was inspired in Heidegger (2006), Gentili (1995) and Sousa (1995). The bibliographical methodology aimed to understand the stigma of the power by the vision of authors. The study pointed the closeness between education and will of power established by the teacher / student relationships. It also showed that the element of calculation is seen in education as the teaching practice is guided by the ideology that the student can be seen as a person able to have your learning calculated by summative evaluation. It's important to break the convenience and look for a way where the human beings are subjects, not objects, of social actions innovating through new form of evaluation.

Keywords: Education. Will to power. Evaluation.

¹ Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará- UFC, Mestra em Educação Brasileira (UFC), pesquisadora na Linha Avaliação Educacional, Eixo Ensino-Aprendizagem. Coordenadora e professora dos Cursos de Pedagogia e Letras da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Coordenadora Institucional do Pibid FVJ/Capes. debora@fvj.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Atua na Linha de Avaliação Educacional, Eixo Avaliação do Ensino-Aprendizagem. Orientador de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Educação- FACED/UFC. E-mail: trompieri@hotmail.com.

³ Doutora e Mestra em educação Brasileira pela Faculdade Educação (UFC), professora no Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú (IVA) em Sobral – CE, Professora e Orientadora dos Programas *Stricto Sensu*: UNIBAM e Faculdade do Vale do Ipiranga (FAVAP/INSTITUTO BRASILEIRO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO IBPÓS); Professora e Orientadora no Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica (PARFOR). Também se dedica a atividades de Consultoria educacional. E- mail: lidia_educacao@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Pensar avaliação como um dos eixos para refletir a educação requer uma discussão sobre o sujeito que está diretamente envolvido nesse processo, o próprio indivíduo enquanto partícipe de um mecanismo de aprendizagem que necessita sempre revisitar seu campo de significação apresentado aqui na dinâmica do ensino formal.

Para tanto, encontra-se como ponto de partida a perspectiva filosófica de Heidegger referente à historicidade do homem que enquanto portador do Ser, *Dasein* pela linguagem, é capaz de compreender a si e os demais na sua existência.

Nesse sentido, a partir dos argumentos de Heidegger se constitui na problemática inicial desse artigo que se volta para a reflexão sobre a filosofia em que a educação brasileira se desenvolveu no decorrer do processo histórico que constitui as relações entre professor e aluno no campo educacional.

O foco deste estudo na verdade não é o indivíduo, esse aparece como existente que capta o sentido do Ser e como tal é capaz de compreender por meio da linguagem as manifestações do Ser. Sobretudo, tende a uma discussão mais política como uma possível crítica ao modelo de mercado educacional guiado pelas relações de poder, no argumento pautado no pensamento de Heidegger sobre a maquinação e a vontade de poder.

Dessa forma o estudo toma princípio a partir de uma abordagem na Filosofia da Educação e paralelo com a prática desenvolvida nas Instituições de ensino relacionando-as com as representações em sociedade em cada período vivido, tendo em vista a forma competitiva em que se estabelecem as relações interpessoais no mundo do trabalho, em que o indivíduo pode ser referenciado por metas atingidas.

Buscou-se fundamento para apoiar essa discussão no argumento acerca da vontade de poder e maquinação⁴ relacionando-os a educação, haja vista o desdobramento de que o homem tem em vista um ser avaliador que pensa segundo valores.

Esse desdobramento culmina com a inserção do elemento do cálculo na educação, ou seja, todo o processo educacional pode ser quantificado, representado por

⁴ De acordo com o dicionário on-line de Português, entende-se por maquinação os planos feitos com o intuito de alcançar determinado objetivo, geralmente, realizados de modo ardid; manobra. <http://www.dicio.com.br/maquinacao/>

meio de estimativas, metas, probabilidades podendo ainda equivaler a uma representação estatística destacada em forma de ranque.

Partindo-se desse pressuposto permitiu uma reflexão teórica apoiada nas contribuições de Gentili (1995) com a crítica ao neoliberalismo em educação, Sousa (1995) na discussão sobre o processo pedagógico controlado pela avaliação, Luckesi (2005) quando aponta que o modelo social da educação é reflexo do autoritarismo, Hadji (1994) no dialogo sobre o ensino magistral, concordando-se com Vasconcellos (2013) acerca da necessidade de mudança para uma *práxis* transformadora na dinâmica do conhecimento na sociedade vigente e principalmente na dinâmica de compreensão da avaliação na educação como mecanismo que considera os alunos e os processos na condição de sujeitos avaliados superando a condição destes como objetos de aprendizagem.

RELAÇÃO ENTRE MAQUINAÇÃO, VONTADE DE PODER E EDUCAÇÃO

Heidegger pensa o projeto de constituição do ente a partir de princípios determinados por épocas sendo que a interpretação do ente está relacionada à configuração desse ente no âmbito historial. Entende-se que “o ente é tudo aquilo de que falamos, aquilo que significamos, aquilo relativo ao que comportamos de tal ou tal maneira, o ente é também aquilo que somos nós mesmos e a maneira de sê-lo” (GILES, 1989, p. 97). A priori, a relação entre a metafísica da vontade de poder e a educação, que explica condições, leis, estruturas básicas como também descreve o sentido da realidade, parte da compreensão do projeto de constituição da educação ao longo do tempo.

A articulação do ser com a história se faz necessário, pois, o “ser somente se dá sempre com este ou aquele cunho historial: *physis*, *logos*, *idea*, *energeia*, substancialidade, objetividade, vontade, vontade de poder”. (HEIDEGGER, 2006, p.71). Desse modo, qual a concepção fundamental de educação que norteou o projeto de constituição da educação na sociedade? Qual a relação entre vontade de poder, maquinação e educação?

Historicamente, a educação serviu de mecanismo para expressar a vontade de poder de uma minoria em detrimento de outros sujeitos que se permitiram dominar e se submeteram a essa condição de dominação projetada socialmente, tomando grande parte da humanidade como instrumento para manipulação e maquinação. Neste sentido, a

maquinação compreendida como o que é “factível, passível de ser feito” (LIMA, 2011, p.12), torna-se evidente quando se reflete a própria Filosofia da Educação numa dimensão histórica, relacionando-a com a vontade de poder que segundo Heidegger (2005, p.25), significa “o apoderar-se do poder para a sua própria superpotencialização” em paralelo com as necessidades sociais exigidas para cada período histórico vivenciado.

Nessa análise percebe-se a elevação e conservação como elementos imprescindíveis a superpotencialização do poder, haja vista que o exercício da Filosofia da Educação se encontra na construção e desconstrução, nos desdobramentos dos princípios que a constitui.

Desde os primórdios com a chegada dos Jesuítas no Brasil o elemento norteador da educação foi embasado predominantemente por atitudes que expressaram a maquinação, o apoderamento.⁵

O ensino, instrumento intelectual de domínio, objetivou “o recrutamento de fieis e servidores” (SODRÉ, 1970, p. 15) para a difusão de preceitos religiosos reforçando o poder como prática social de alguns poucos sobre a destruição de valores já existentes. A sociedade se complexifica, há um crescimento populacional visível. Contudo cresce também a distância social entre as classes dominante e dominada em que o despertar para a natureza intelectual, o ensino, passa a ser condição de ascensão social para classificação dos indivíduos enquanto dominadores ou dominados.

Com o desenvolvimento da vida urbana na segunda metade do século XVIII proveniente do surgimento do mercado e do comércio interno, “só a classe que tem posses e em consequência, lazeres, pode dar-se a cultura [...]” (SODRÉ, 1970, p. 25). Nessa distinção em favor da ascensão social se encontram intrínsecos os instrumentos para subsidiar a superpotencialização: elevação e conservação, pois, “o poder só pode se manter em si mesmo, isto é, em sua essência na medida em que ultrapassa e excede a cada vez em si mesmo” (LIMA, 2011, p.8). Num outro momento, início do século XIX, período em que se intensifica a distância entre a elite intelectual (Classe Culta) e a de massa (do povo) a cultura simboliza a distinção social.

A instrução se expande como exigência utilitária na seleção de classes em que os aspectos determinantes para a distinção são determinados e classificados de acordo

⁵ Apoderamento – Conforme dicionário Michaelis o termo significa ato ou efeito de apoderar-se, posse violenta de alguma coisa. [Http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=apoderamento](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=apoderamento) acesso em 17/09/2014.

com a profissão exercida, ou seja, o trabalho físico (manual e mecânico) passa a ser atividade destinada aos menos favorecidos, enquanto que para os intelectuais restam-lhes os cargos nobres. A classe culta dá “expressão política aos interesses da classe dominante senhorial, que comanda os acontecimentos” (SODRÉ, 1970, p. 31) e detém o poder, favorecendo a conservação da vontade de poder. Com o início das relações capitalistas a elevação e conservação do poder surgem com nova roupagem. A maquinação continua em torno do ensino onde o saber é visto como cultura, e esta também, é sinônimo de classificação. As atividades política e judiciária são proclamadas como elementos fundamentais de que a classe dominante “necessita para operar o aparelho de Estado” (SODRÉ, 1970, p. 32).

Após a independência do Brasil a vontade de poder e a maquinação continuam a fazer parte no contexto da educação. Anísio Teixeira (1976) define esse período como Estado Superior em que a manutenção do alto status social do grupo dominante tem como tarefa organizar o estado com sua minoria de letrados e eruditos e uma enorme massa de analfabetos. A busca crítica pela participação política através de campanhas mobilizadoras de opinião e reforma em paralelo com a submissão cultural difundida com roupagem científica aponta para um plano de reforma para o ensino ideal e teórico muito distante da realidade nacional, pois é inspirado na cultura estrangeira.

Após a Primeira Guerra Mundial surgem novas necessidades políticas onde a burguesia é conduzida em busca da legitimidade de poder. Porém, para legitimar esse poder para a classe burguesa como conquista política é necessário maquinar, operar de modo a conseguir apoio da pequena burguesia e das classes trabalhadoras superpotencializando a classe dominante.

Num outro momento com o desenvolvimento das relações capitalistas, o aparecimento, crescimento do público, além do desenvolvimento do mercado é oportuno induzir falsos valores utilizando a publicidade, o que se denomina de Cultura de Massa.

Desse modo, as exigências da sociedade em evolução ao capitalismo são atendidas fornecendo conhecimento, instrução para atender ao mercado de trabalho tendo o ensino como instrumento sistemático de transmissão da cultura. Todavia, a classe dominante manipulou o ensino de modo que se formassem os quadros de que a sociedade necessitava, mas, condicionando-a a isenção de qualquer tendência a mudança.

A maquinação a qual se relaciona no texto com a educação, se transforma conforme a sociedade se modifica e utiliza instrumentos técnicos que contribuem para a expansão de ideologias, haja vista que o relacionamento do homem com a técnica parte do princípio de que “a técnica é um meio para um fim” (HEIDEGGER, 2007, p.12).

A Cultura de Massa é um exemplo da utilização de instrumentos técnico em detrimento da superpotencialização visto que, “a massificação é condição necessária a sobrevivência ou ao prolongamento da existência de estruturas socioeconômicas geradas pelo desenvolvimento que endossam a vontade de poder e maquinação existentes nessa relação.

Atualmente, no campo educacional, a vontade de poder continua expressa, praticamente, no ato avaliativo intensificado pela pressão produzida pelos indicadores de qualidade que nas entrelinhas trazem os elementos da maquinação através das metas e valores estabelecidos para um fim determinado pelas exigências de investidores.

A articulação entre conhecimento e crescimento econômico, imposta pelo Banco Mundial no século XXI, exige que para o crescimento dos países pobres, ou seja, para aproximá-los da sociedade do conhecimento, sejam dados saltos evolutivos nos indicadores educacionais.

A utilização dos indicadores educacionais como medida para verificação do processo de retrocesso ou de evolução dos resultados educacionais acontece a partir da recomendação do Banco Mundial destinada aos países pobres com vistas ao desenvolvimento, de um investimento canalizado na adaptação do conhecimento.

Como consequência dessa recomendação pode-se ver o conhecimento transformado em bens e serviços que se responsabiliza em treinar cérebros humanos para atingir as metas estabelecidas. A partir daí, é criado um sistema de acompanhamento e avaliação dos resultados estimulante da competição com a educação comercializada em forma de produto, tornando-se empreendimento. Pois será maior a visibilidade positiva de instituições que forem consideradas eficientes ou seja, que melhor se classifiquem no ranque de desempenho.

Hoje se acompanha de perto a luta das instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, para liderar o ranque da qualidade. Essa busca se torna mais acirrada quando está atrelada a recursos financeiros para bonificação de bom desempenho acadêmico.

Nesse sentido, a educação opera na base da maquinação como uma atividade que possibilita a aceitação entre os meios e os fins que regem o processo dinâmico entre

os valores que são proclamados de uma educação para todos e os valores reais que são vivenciados na escola com propósitos de classificação social.

Conforme Lima (2011, p. 12), “A maquinação é o edificar-se com vistas à possibilidade de que ‘tudo seja feito’; e isto de tal modo, que o ente mesmo seja previamente posicionado e exposto à calculabilidade incondicionada: ‘tudo’ mesmo, a natureza, a cultura, o humano e o não-humano, incondicionalmente, adentra e se sujeita a ordem do cálculo”.

A maquinação, a vontade de poder instaura valores produzidos pela sociedade, valores estes muitas vezes apenas proclamados com propósito de atender as necessidades de todos, embasados por um plano ideal de educação e distantes de uma necessidade social e local real com o intuito de manter o *status quo* com poder centralizado endossado por padrões educacionais uniformes.

Os elementos do cálculo e da maquinação na educação para avaliar

Na década de 90 o elemento do cálculo se intensifica na educação e encontra na avaliação da aprendizagem um suporte para explicar a necessidade do surgimento dos critérios de valor na política pública educacional como exigência das agências financiadoras nacionais e internacionais para investimento de recursos financeiros tendo como contraponto a qualidade do processo educacional.

Os instrumentos de avaliação são analisados sob o prisma da estatística onde são cruzados dados que quantificam a qualidade da educação e estabelecem os elementos valorativos e o pensamento calculador que relaciona a qualidade da educação com o rendimento escolar endossado pelo discurso da democratização do ensino. O elemento do cálculo parece surgir no contexto educacional como expressão da maquinação pela vontade de poder onde a técnica é um meio para atingir o fim desejado e o conhecimento traz encoberto em si seu interesse de atender de forma dual a elite e o povo.

A estatística passa ser o mecanismo para calcular a educação na qual metas precisam ser atingidas e os valores precisam ser ampliados numa dinâmica de aprendizagem quantificável determinada por parâmetros estabelecidos. Vale ressaltar que “os valores não têm existência em si, não são uma realidade ontológica; é o resultado de uma produção, de uma criação do homem: não são fatos, são interpretações introduzidas pelo homem no mundo”. (MACHADO, 1999, p. 59)

O que não se pode esquecer é a condição dos seres humanos nesse processo. Será que em meio as exigências da excelência e da eficiência na educação existe a preocupação com a essência do ser? Que tipo de ser está se constituindo no interior das escolas pautadas no pensamento calculador? A serviço de que ou quem está a educação?

Quando a avaliação está associada a êxitos de excelência utiliza-se da seletividade e competitividade no processo de ensino e aprendizagem de modo que o trabalho docente consiste em recorrer a metodologias que se utilizam de memorização para armazenamento de conceitos e fórmulas necessárias para a elevação dos indicadores educacionais maquinados pelo discurso da construção do conhecimento.

As exigências de elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB tem levado a muitos docentes a desenvolverem suas práticas pedagógicas com os alunos num exercício de resolver provas, voltados para os percentuais de aprovação e reprovação.

A maquinação, a calculabilidade, a planificação que impulsiona e cria a necessidade de sempre novas metas e que conta com novos valores, ao mesmo tempo em que define o projeto fundamental do ente, estabelece o modo como ele deve ser produzido, consumido e representado. (LIMA, 2011, p.13)

A maquinação impulsiona o modo de funcionamento de gestão pautada nas metas quantitativas em que o ser é objeto dessa construção guiado por uma prática pedagógica reprodutora e autoritária, “[...] quase que uma espécie de tradição pedagógica, de origem milenar, disseminada em costumes, rituais, discursos, formas de organização” (VASCONCELLOS, 2013, p. 13).

Outrossim, Luckesi (2005) define que a prática escolar predominante se realiza por intermédio do autoritarismo num modelo teórico compreendido como elemento de conservação e reprodução da sociedade. Nesse contexto, o aluno estuda para a prova que é aplicada a partir dos conteúdos estudados, o resultado é obtido e o processo acaba iniciando-se outro ciclo.

O estigma do fracasso de alguns e a celebração do êxito de outros denuncia a avaliação enquanto instrumento controlador do ensino latente nas facetas da educação em sua relação com a sociedade onde o poder de avaliar é legitimado pela vertente avaliador/avaliado vivida num cotidiano de dominação. A prática da avaliação somativa reforça o discurso do fracasso e do sucesso e confere status de valor numa sociedade competitiva onde o capitalismo impera. Outro aspecto a ser repensado à margem da

vontade de poder é qual o padrão seguido pelos professores no ato de avaliar? A quem compete à definição do acerto e do erro e em quais circunstâncias podemos constatá-lo?

Gentili (1995) afirma que os professores se sentem desconfortáveis quando a prática pedagógica é associada à linguagem do poder instituído a quem é responsável pela condução do ensino. O poder de avaliar está na mão do docente em que as notas se constituem em pontos de apoio para o ensino, para a tomada de decisão entre o sucesso e o fracasso e muitas vezes, para disciplinar uma turma. No processo não há regras claras, transparência no ato de avaliar, tampouco critérios explícitos de avaliação.

Outro aspecto em que se percebe o apoderamento, a expressão maior da vontade de poder na educação acontece quando a avaliação é utilizada como instrumento de punição ou como controlador de comportamento para intimidação da indisciplina dos alunos. As inconsistências no julgamento de valor em muitas práticas avaliativas se manifestam pela vulnerabilidade dos métodos utilizados para avaliar. Avalia-se simplesmente sobre um critério determinado por um ser que detém, naquele momento, o professor, o poder de avaliar e que define o julgamento de valor de acordo com sua concepção de educação, sem nenhum questionamento.

Concorda-se com Lima (2011, p. 14) quando afirma que

[...] visando estabelecer “medidas de produtividade” e “indicadores de qualidade”, tais políticas instituem uma crescente demanda pela criação e aplicação de instrumentos de mensuração visando o aperfeiçoamento do sistema. Eis aí o elemento da maquinação: na apresentação constante de “metas” e “valores”, na avaliação contínua dos objetivos trançados, o sistema visa tão somente o seu próprio aperfeiçoamento. Na linguagem da vontade de poder: a partir da eficiência e excelência no cumprimento das metas, o sistema funciona dentro da perfeita normalidade realizando, assim, a superpotencialização do poder.

De acordo com Sousa (1995, p. 99) “as relações de poder e subordinação presentes na sociedade reproduzem-se na forma pela qual a escola organiza-se e funciona”.

A estrutura organizacional e prática da educação apontam a ação unidirecional da concepção do processo de ensino e aprendizagem no qual o docente detém os conhecimentos que serão repassados aos discentes e por este fato só o aluno é avaliado conforme as expectativas do professor.

Nessa condução, no discurso, o foco da educação é a aprendizagem discente. Todavia, os indicadores educacionais demonstram que há um *déficit* na aprendizagem. Isso indica que o ensino é centrado no conteúdo e em aspectos comportamentais,

estando sua centralidade distante da aprendizagem, pois, a desobediência pode ser controlada e punida por baixos conceitos levando-os a possíveis reprovações. Outrossim, Hadji (1994, p.79) reforça que o “avaliador afirma seu poder (e a sua superioridade) marcando a distância que separa o mestre do aprendiz”.

Os resultados das avaliações, por exemplo, não se constituem como elementos de análise para o sucesso da aprendizagem em muitas práticas docentes. O erro é considerado para os fins de decisão pela nota, pois o que os alunos não sabem não é retomado em outro momento. O ensino magistral determina quem manda e quem possui o poder de decisão. A relação professor (ensino) e aluno (aprendizagem) ainda é vivida em condições de dominação hierárquica.

A avaliação como prática de negociação entre professor e aluno caracteriza o aluno ideal como aquele que sabe mais e acaba intensificando a conservação da dinâmica do poder na educação. No cotidiano escolar as questões suscitadas neste artigo, muitas vezes, são despercebidas. Na prática pedagógica estão implícitas nas relações entre docente e discente boa parte das relações de poder de forma latente sem que haja uma preocupação com a essência do ser.

Na verdade tais práticas acontecem sem a intencionalidade do poder. Contudo, os resquícios de vivências historicamente construídas baseadas na conservação e reprodução do saber ainda operam na prática. É importante refletir sobre o tipo de homem que se forma nas instituições escolares, pois, o elemento do cálculo como foco do ensino leva a condução da formação humana pautada na classificação e seletividade diante do desempenho esperado, confundindo-se com o compromisso com a aprendizagem de todos. De acordo com Vasconcellos (2013) o autoritarismo que acompanhou a gênese da escola pública vinculou-se a organização fragmentada do trabalho da fábrica na 1ª Revolução Industrial. Além disso, enfatiza que as empresas, atualmente, reclamam do tipo de profissional que a escola vem formando: ótimo copador, reproduzidor, mas, não tem criatividade, não é capaz de resolver problemas e não é capaz de refletir sobre os problemas que surgem no dia-a-dia.

Afinal, a educação serve a quem? No discurso se defende a formação plena de um ser humano que saiba trabalhar em equipe, um ser crítico e participativo, consciente da essência humanista. Na prática se observa que a educação está a serviço de uma minoria que detém o poder. Através da educação são conduzidas as relações humana no interior das instituições de forma competitiva em que àquele que não atende às expectativas de desempenho é excluído do processo. O trabalho em equipe não favorece

a socialização, pelo contrário, formam-se pequenos grupos, para o semestre ou ano letivo, que não conseguem interagir com os demais e competem entre si.

Todos os “fins”, “metas”, “sentidos” são somente modos de expressão e metamorfoses da vontade de poder. Daí a importância que assumem os valores no que respeita “as condições de conservação-elevação” do poder. É neste ponto que se estabelece os nexos entre a vontade de poder e a educação: é no elemento do “valor” como condição da conservação-elevação da vontade de poder que comparece a educação (LIMA, 2011, p.14, grifo do autor)

A maquinação pela intencionalidade de alguns que apostam na dinâmica da competição não levaria a condução do ensino como elemento do poder e do cálculo?

E por falar em condução do ensino, não se forma seres críticos e participativos por meio de práticas pedagógicas que favorecem a passividade e o comodismo. Ouvir sem interagir e sem ter opinião própria, compreender o ensino como transmissão de conhecimento não possibilita a formação plena do ser humano. Vale ressaltar que a abordagem desse ensaio não tem a intenção de se contrapor à avaliação.

Acredita-se que para a melhoria da qualidade da educação se faz necessário diagnosticar os avanços e retrocessos da aprendizagem e do ensino para intervir na condução do processo de modo a contribuir para o sucesso de todos os envolvidos. Todavia, se discute as formas pelas quais se utilizam para atingir os resultados esperados, em que deixa margem para o entendimento de que é preciso estudar para atingir as metas estabelecidas e não para a plena formação do homem. Deve haver articulação do trabalho pedagógico com o compromisso de construção do ser e de suas relações em sociedade para que haja mais senso de justiça e a solidariedade se construa além dos interesses de produção do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de constituição da educação ao longo do tempo reflete a maquinação existente entre educação e a vontade de poder denunciado por ações que buscam a elevação e conservação desse poder. A manifestação do ser é revelada como valores estabelecidos pela vontade de poder na qual o esquecimento do ser se dá conduzido pela regulação dos seres por meio do cálculo. Algumas práticas pedagógicas, quando conduzidas pelo autoritarismo, reforçam a vontade de poder na educação e se apoiam na avaliação para conferir o caráter regulador do ensino.

A relevância dos valores para conservação e elevação do poder estabelece a relação entre maquinação, vontade de poder e educação e encontra elementos na

avaliação aplicada com fins de obtenção de resultados a expressão do poder instaurador de valores, de metas a serem superadas. A escola, de modo geral, é desafiada a superar metas, a quantificar o desempenho dos alunos. Nesse intuito, se reorganizam buscam atingir as metas focando o ensino nos conteúdos das avaliações externas, conduzindo os discentes a estudarem para obterem bons resultados para a prova.

Na dinâmica do pensamento calculador não há espaço para a preocupação com a essência do ser. O homem é visto como um elemento passível de cálculo, mensurável com necessidade de superar as metas estabelecidas pela maquinação no cenário educacional. Nessa perspectiva se faz necessário a mudança de postura do professor e dos alunos no sentido da transformação social capaz de superar a competitividade da organização sistemática que concentra poder nas mãos de uns poucos para desenvolver de forma ética, humanista e democrática a formação humana para o exercício social capaz de identificar, assumir e resolver seus próprios problemas com autonomia e sem submissão ou comodismo.

A educação deve favorecer a atuação de professores que avaliem os alunos na condição de sujeitos e não de objetos de aprendizagem, de modo que possibilite a reflexão sobre a prática pedagógica para que a inovação dê lugar ao comodismo, ao mesmo tempo em que atuam e se comprometem com as transformações educacionais e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GENTILI, Pablo. (Org.) **Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos**. Tradução: Júlia Lopes Ferreira e José Manuel Cláudio. Portugal: Porto Editora, 1994.

HAIDEGGER, Martin. **Identidade e Indiferença**, in *Que é isto? – A Filosofia?* Tradução de Ermildo Stein. Petrópolis, Editora Vozes, 2006.

_____. **Ensaios e conferências**. Tradução de Emanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel, Marcia Sá. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, H. L. A. **Vontade de Poder, maquinação e pensamento calculador em Martin Heidegger: desdobramentos para a Filosofia da educação**, Fortaleza, 2011 disponível

em: http://34reuniao.anped.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=125:trabalhos-gt17-filosofia-da-educacao&catid=47:trabalhos&Itemid=59.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MACHADO, Roberto. **Nietzche e a verdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SOUSA, C. P. (Org.). **Avaliação do rendimento escolar**. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 1995.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1976.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora**. 13ª ed. São Paulo: Libertad, 2013.